



19 DE JULHO DE 2017

Quarta-feira

- CURSOS DE AGOSTO NO SINDIMETAL/PR
- MISSÃO DE PROSPECÇÃO PARANÁ JAPÃO (28 DE JULHO)
- DESEMBOLSOS DO BNDES SOMAM R\$ 33,483 BI NO 1º SEMESTRE, QUEDA DE 17%
- DESEMBOLSO DO BNDES PARA INDÚSTRIA SOMA R\$ 6,92 BI NO 1º SEMESTRE, QUEDA DE 42%
- JUSTIÇA ASSEGURA DESONERAÇÃO DA FOLHA PARA 150 MIL EMPRESAS DE SP
- BRASIL PERDEU PARTICIPAÇÃO NO COMÉRCIO AGRÍCOLA MUNDIAL, DIZ OMC
- BRASIL TEM MUITO A GANHAR SE OPTAR PELA ABERTURA AO COMÉRCIO INTERNACIONAL
- EXPERIÊNCIAS DE EMPRESAS BRASILEIRAS SÃO APRESENTADAS EM FÓRUM DA ONU
- INDÚSTRIAS TERÃO DE REDUZIR CAPTAÇÃO PARA EVITAR CORTES DE ÁGUA
- ÁREA ECONÔMICA PEDE VETO A REFIS, QUE PERDOARÁ R\$ 220,6 BILHÕES EM DÍVIDAS
- DESEMBOLSOS DO BNDES MANTÊM QUEDA E VOLTAM A PATAMAR DA DÉCADA DE 90
- GIAMBIAGI: DESEMBOLSO DO BNDES CONTINUARÁ AFETADO POR RETRAÇÃO DE APROVAÇÕES
- PARLAMENTARES NÃO VEEM CONFLITO DE INTERESSE
- DEDUÇÃO DE IRPJ PODERÁ VALER SOBRE TODO PLANO DE PREVIDÊNCIA PATROCINADO DA EMPRESA
- RECEITA DIVULGA RESULTADO DA ARRECADAÇÃO DE JUNHO NESTA QUARTA
- RECEITA RECUPERA R\$ 73,6 BILHÕES EM IMPOSTOS NÃO PAGOS NO 1º SEMESTRE
- TEMER ADIA LANÇAMENTO DO CARTÃO REFORMA PARA O DIA 25
- SEM CHANCES DE APROVAR PREVIDÊNCIA AGORA, PLANALTO APOSTA EM MUDANÇAS TRIBUTÁRIAS PARA DAR SINAL POSITIVO
- GOVERNO FARÁ REFORMA TRIBUTÁRIA PARA MUDAR COBRANÇA DE PIS/COFINS
- FÉRIAS FICAM MAIS FLEXÍVEIS COM A NOVA LEI TRABALHISTA; VEJA O QUE MUDA
- ARTIGO: REFORMA É LUFADA DE OXIGÊNIO NAS RELAÇÕES ENTRE TRABALHO E CAPITAL

- ARTIGO: QUANDO A CONCLUSÃO PRECEDE A ANÁLISE, A LÓGICA É SEMPRE SACRIFICADA
- COM CRISE ECONÔMICA, CONSUMO CONSCIENTE REGRIDE NO BRASIL
- PESQUISA-INCERTEZA POLÍTICA FARÁ BRASIL CRESCER MENOS EM 2017 E 2018
- ANP PROÍBE VENDA DE ETANOL ENTRE DISTRIBUIDORAS
- IPC-FIPE CAI 0,15% NA 2ª QUADRISSEMANA DE JULHO
- CIBERSEGURANÇA É PREOCUPAÇÃO DAS MONTADORAS NO BRASIL
- DAIMLER INVESTE € 220 MI PARA REDUZIR POLUIÇÃO DE MILHÕES DE CARROS A DIESEL
- DETRAN E HONDA FECHAM PARCERIA PARA AVISAR DONOS DE CARROS SOBRE RECALL
- VOLVO ELEVA PROJEÇÃO DE VENDAS NA AMÉRICA DO NORTE EM 2017 APÓS SÓLIDO RESULTADO NO 2º TRI
- ROTA 2030 ESTÁ ATRASADA, MAS CHEGA ESTE ANO
- LUCRO LÍQUIDO DA WEG CRESCE 6,7% NO 2º TRI E SOMA R\$272,2 MI
- KWID PEDIDO NA INTERNET PODE DEMORAR 4 MESES
- NISSAN TESTA CÂMERA 360º NO CROSSOVER JUKE
- AUDI SIMULA VIDA A BORDO DO CARRO SEM MOTORISTA
- CAOA HYUNDAI RENOVA OPÇÕES DO NEW TUCSON
- MICROSOFT FARÁ PARCERIA COM BAIDU POR CARRO AUTÔNOMO
- BUSCA DE CAMINHÕES USADOS NO MERCADO LIVRE CRESCE 35%
- CONTINENTAL ANUNCIA COMPRA DA QUANTUM INVENTIONS

CÂMBIO		
EM 19/07/2017		
	Compra	Venda
Dólar	3,152	3,153
Euro	3,630	3,632

Fonte: BACEN

Cursos de Agosto no SINDIMETAL/PR

19/07/2017 – Fonte: SINDIMETAL/PR



Aperfeiçoamento em Mecânica Industrial

Dias: 07 a 18 de Agosto de 2017

Horário: das 18h00 às 22h00

Local: SINDIMETAL/PR | Rua Ângelo Greca, 70 – Atuba

Conteúdo Programático:

- METROLOGIA – Introdução aos ramos decimais e frações
- Breve histórico da metrologia;
- Cuidados e técnicas no manuseio dos instrumentos;
- Uso prático de bico, paquímetro e comparador;
- Introdução aos sistemas – Aproximações e arredondamentos;
- Geometria e isometria nas perspectivas;
- As variedades grandezas;
- Cálculo e tolerâncias;
- Tecnologia e propriedades dos materiais;
- Breve histórico dos materiais;
- Principais propriedades dos materiais;
- Tipos de juntas e soldas;
- Usos e técnicas de ferramentas manuais e de corte atendendo SMS;
- Otimização nos testes e cursos de materiais;
- Noções de qualidade e produtividade.

Investimentos:

- Associação do SINDIMETAL/PR: *R\$ 220,00
- Empresas Filiadas: *R\$ 310,00
- Outros: R\$ 440,00

* Menores valores para empresas associadas/filiadas de sindicatos parceiros.

Clique AQUI e inscreva-se

INSCRIÇÕES ATÉ O DIA 01/08/2017

Outras informações poderão ser obtidas no SINDIMETAL/PR, através do telefone (41) 3218-3935, ou e-mail sindimetal@sindimetal.com.br, com a Sra. Gisela Alves de Santana.



Gestão de Recursos Humanos

De: 14 a 23 de Agosto de 2017

Horário: das 8h30 às 12h30

Local: Sede do SINDIMETAL/PR | Rua Ângelo Greca, 70 – Atuba

Conteúdo Programático:

MÓDULO I

- Conceitos do conhecimento estratégico;
- Gestão do conhecimento estratégico;
- Formação de políticas estratégicas;
- Implementação do Plano Estratégico (diferenciais/aspectos de sucesso).

MÓDULO II

- Indivíduos e organização;
- Gestão do conhecimento;
- Técnicas de recrutamento e seleção; recrutando e mantendo pessoas;
- Valoração de "Times de Alto Desempenho";
- Qualidade de vida, Relações sociais (empresas, sindicatos, empregados e comunidade);
- Sistemas de remuneração e benefícios.

Investimento:

- Associação do SINDIMETAL/PR: *R\$ 210,00
- Empresas Filiadas: *R\$ 310,00
- Outros: R\$ 440,00
- Menores valores para empresas associadas/filiadas de sindicatos parceiros.

INSCRIÇÕES ATÉ O DIA 08/08/2017

Faça AQUI a sua inscrição

Outras informações poderão ser obtidas no SINDIMETAL/PR, através do telefone (41) 3218-3935, ou e-mail sindimetal@sindimetal.com.br, com a Sra. Gisela Alves de Santana.



Missão de prospecção Paraná Japão (28 de julho)

19/07/2017 – Fonte: FIEP/CIN



Missão de prospecção Paraná Japão

CIN. Soluções para internacionalização.

A Fiep - Federação das Indústrias do Estado do Paraná, JICA – Agência de Cooperação Internacional do Japão e parceiros realizam no dia 28 de julho o evento **Missão de prospecção Paraná Japão**, com objetivo de aprofundar a parceria entre empresas japonesas e empresas do Paraná.

Data: 28 de julho de 2017
Local: Sala de Convenções 2, Campus da Indústria, FIEP (Avenida Comendador Franco, 1341) Curitiba-PR

PROGRAMAÇÃO

8h30 – Cadastro

9h00 – Abertura: Fiep, APIJ, JICA, Consulado Japão, Câmara de Comércio e Indústria BR – JP

9h30 – Apresentação do Paraná – Adalberto Netto, Presidente da Agência Paraná de Desenvolvimento

9h50 – Cadeias produtivas no Paraná: agropecuária, alimentos, construção civil, químico (farmacêuticos e cosméticos) e TI – Fiep e Fieap

10h30 – Apresentação das 11 empresas japonesas participantes da missão.

Conheça as empresas japonesas clicando [aqui](#)

11h15 – Coffee break e networking

Inscrição gratuita [aqui](#)

Em caso de dúvidas, entre em contato com Bianca Petersen
(41) 3271-9110 | bianca.dias@fiepr.org.br

Realização:



Desembolsos do BNDES somam R\$ 33,483 bi no 1º semestre, queda de 17%

19/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) informou nesta terça-feira, 18, que os desembolsos somaram R\$ 33,483 bilhões no primeiro semestre do ano, queda de 17% ante o mesmo período de 2016.

Nos 12 meses encerrados em junho, os desembolsos totalizaram R\$ 81,614 bilhões, recuo de 24% ante os 12 meses anteriores.

O banco de fomento teve consultas num total de R\$ 48,151 bilhões nos seis primeiros meses do ano, queda de 15% frente o primeiro semestre de 2016. No caso do Finame, os desembolsos foram de R\$ 8,687 bilhões no período, recuo de 1% ante mesmo período de 2016.

Desembolso do BNDES para indústria soma R\$ 6,92 bi no 1º semestre, queda de 42%

19/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) divulgou nesta terça-feira, 18, dados de desempenho do primeiro semestre. A indústria ficou com R\$ 6,921 bilhões de desembolso no período de janeiro a junho, queda de 42% em comparação com igual intervalo do ano passado. A agropecuária foi o único setor que apresentou alta no desembolso, de 3%, alcançando R\$ 6,87 bilhões, no período.

O setor de infraestrutura ficou com R\$ 12,11 bilhões no primeiro semestre, recuo de 6%, comparado a igual período de 2016. Enquanto o setor de comércio e serviços ficou com R\$ 7,57 bilhões, queda de 13%.

Considerando o intervalo de 12 meses até junho, o desembolso para a indústria foi de R\$ 25,22 bilhões, queda de 11%; para a agropecuária foi de R\$ 14,12 bilhões, alta de 9%; para infraestrutura, de R\$ 25,07 bilhões, queda de 40%; e para comércio e serviços, de R\$ 17,19 bilhões, queda de 29%.

As aprovações somaram R\$ 32,17 bilhões, queda de 26% ante o primeiro semestre de 2016. Em 12 meses, somaram R\$ 67,89 bilhões, recuo de 38%. No primeiro semestre, a principal queda, de 61%, ficou com a indústria, que fechou o período com aprovação de R\$ 6,58 bilhões.

Justiça assegura desoneração da folha para 150 mil empresas de SP

19/07/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Impacto da mudança é maior para empresas que têm muitos funcionários

A Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) conseguiu uma liminar que permite que as cerca de 150 mil empresas representadas pela entidade continuem recolhendo, até dezembro, a contribuição previdenciária sobre a receita bruta. O governo quer que isso seja feito pela folha de pagamento.

A decisão é do TRF (Tribunal Regional Federal) da 3ª Região, que engloba Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, e abre precedente importante, já que ainda está em discussão no Congresso Nacional a data em que entrará em vigor a medida provisória que prevê a reoneração da folha de pagamento.

O governo quer que a medida valha a partir de julho deste ano. No entanto, no início do mês, a comissão mista que analisa o tema no Congresso aprovou redação final que adia para janeiro de 2018.

A equipe econômica busca restabelecer a data inicial de vigência da reoneração, sob pena de perder receita de até R\$ 2,5 bilhões prevista para este ano.

Diante do impasse e para evitar prejuízo para as empresas, a Fiesp decidiu recorrer à Justiça.

ARGUMENTOS

"A própria MP já prevê que os efeitos da medida só valem a partir do próximo ano, mas como o tema ainda está em discussão, preventivamente recorreremos à Justiça para que realmente não se aplique a mudança em 2017", diz o diretor do departamento jurídico da Fiesp e Ciesp, Helcio Honda.

Ele explica que o argumento usado pela entidade e acatado pelo Tribunal é o de que a mudança durante o ano-calendário trará grande prejuízo às empresas, que fazem, em janeiro, seus orçamentos para o ano todo.

"Para as companhias beneficiárias do sistema anterior, seria um grande transtorno, já que o planejamento de suas atividades ocorre no início do ano. Portanto as empresas foram pegadas de surpresa, bem como seriam fortemente oneradas em um momento de crise", concorda o advogado Eduardo Maximo Patricio, do escritório GMP Advogados.

Em sua decisão, o desembargador Luiz Alberto Souza Ribeiro considerou que "a modificação ou revogação do prazo de vigência da opção atenta contra a segurança jurídica", já que as empresas fizeram a opção pelo regime tributário no início do ano considerando que valeria para todo o ano de 2017.

"A decisão, apesar de liminar, é muito importante porque traz segurança jurídica para as empresas enquanto não há definição do tema na esfera política", comenta Patricio.

OUTRO LADO

Por meio da assessoria de imprensa, a Receita Federal disse entender que "a mera opção pelo regime não o torna permanente para o ano-calendário em curso. Medida legislativa que institua ou majore tributo, no caso contribuição social, deverá obedecer somente o prazo de 90 dias previsto na Constituição Federal".

Ainda de acordo com a nota, o cálculo do impacto depende do número de empresas beneficiadas com liminar e a proporção do faturamento de cada empresa versus sua respectiva folha salarial.

"Para as empresas beneficiadas pela liminar não haverá necessidade de contribuir com base na folha de pagamentos no ano de 2017. Em contrapartida, a arrecadação prevista com a medida pelo Poder Executivo será diminuída na mesma proporção", conclui a nota da Receita.

Já a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional informou, também por nota oficial, que, quando intimada, recorrerá da decisão.

"Trata-se de tese recente, mas que já havia sido identificada pelo órgão, ante seu potencial multiplicativo e impacto financeiro, razão pela qual inserida em acompanhamento especial, contando com sólida defesa a ser adotada em nível nacional."

Segundo a Procuradoria, há cerca de 60 ações sobre o tema, substancialmente nas regiões Sul e Sudeste.

Brasil perdeu participação no comércio agrícola mundial, diz OMC

19/07/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Informe sobre política comercial da Organização Mundial do Comércio, divulgado nesta semana (17), indica que o Brasil continua a ser um dos principais atores do comércio agrícola global, mas perdeu participação no bolo total de exportações.

Em 2015, o país representava 5,1% do total global de exportações agrícolas, ante participação de 7,3% observada na revisão anterior, feita pela OMC em 2013. O país

se manteve, no entanto, como o terceiro maior exportador mundial de produtos agrícolas, atrás da União Europeia e dos Estados Unidos.

Em 2015, o país manteve a posição de maior fornecedor mundial de açúcar, suco de laranja, café, carne de frango e soja.

Os produtos de soja continuam a ser a maior exportação, seguidos por carne (especialmente aves e bovinos), cana-de-açúcar, madeira e café. Juntos, essas commodities representaram 27,5% do total das exportações brasileiras em 2016, em comparação a um total de 22% em 2012.

Orientada para exportações, a agricultura respondeu 41,5% do total exportado pelo Brasil em 2016, uma alta em relação aos 35,6% em 2012. Mais da metade das exportações são commodities primárias. A OMC destaca que o país mantém subsídios ao setor, como taxa de juros administradas e linhas de crédito específicas.

Segundo o documento, a política tarifária continua sendo um dos principais instrumentos de política comercial do Brasil e a economia permanece com vários setores ainda totalmente fechados ao investimento externo ou bastante limitados a ele, como energia nuclear, transporte aéreo, serviços financeiros, saúde, terras, mídia.

Em relação à última revisão sobre o país, feita em 2013, a OMC diz que o sistema tributário brasileiro continua complexo, e o país segue com baixo investimento em infraestrutura e inovação, em especial do setor privado.

A participação de empresas exportadoras no total de companhias brasileiras também permanece baixa, refletindo uma integração bastante limitada do país em cadeias globais de valor.

O resultado reflete não só políticas voltadas para a atividade econômica local, mas também uma rede bastante modesta de acordos comerciais fechados pelo país, além de deficiências estruturais que incluem escassa infraestrutura, acesso limitado a capital de longo prazo.

Já a indústria, embora ainda ampla e diversificada, reduziu sua participação no PIB e demonstra fraca integração global, com o chamado "custo Brasil" afetando a competitividade do setor.

Os setores de vestuário, têxteis e equipamentos de transporte continuam a se beneficiar de proteção tarifária, diz a OMC.

No setor de serviços, o documento destaca os "spreads" (a diferença entre o custo de captação dos bancos e o cobrado por eles) ainda altos no segmento bancário, devido à baixa competição.

Brasil tem muito a ganhar se optar pela abertura ao comércio internacional

19/07/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

A economia brasileira vem se estabilizando com ajuda do comércio, em um processo que seria mais rápido se o país não fosse tão fechado



Hugo Harada/Gazeta do Povo

Embora ainda seja cedo para se afirmar com certeza que houve um "descolamento" da economia, há sinais de que os efeitos das denúncias contra o presidente Michel

Temer não devem impedir a saída da recessão. Uma das razões para o impacto relativamente baixo da crise política está no comércio exterior. As exportações chegaram a US\$ 107 bilhões no primeiro semestre, um crescimento de 19,3% na comparação com o primeiro semestre do ano passado.

Esse crescimento foi resultado de uma combinação de safra recorde, recuperação no preço do minério de ferro e retorno de alguns setores industriais a mercados que haviam sido perdidos nos momentos de real mais valorizado.

A indústria automotiva, por exemplo, tem conseguido aumentar a produção por causa das exportações, contornando assim a apatia do mercado interno. Como benefício direto, o aumento das exportações fez a balança comercial ter um superávit recorde no primeiro semestre, de US\$ 36 bilhões – resultado que ajuda o país a absorver possíveis choques cambiais.

Mais impressionante do que o desempenho do comércio exterior é o fato de ele ocorrer apesar da pouca integração do Brasil ao resto do mundo. Nesta semana, o país passa pela avaliação feita regularmente pela Organização Mundial do Comércio e o diagnóstico é de que pouca coisa evoluiu nas relações comerciais no período de 2013 a 2016.

O Brasil é apontado pela Câmara de Comércio Internacional como o mais protecionista do G20, grupo que reúne as 20 maiores economias do mundo. O relatório de avaliação da OMC detalha essa baixa integração – ela é resultado de uma combinação de tarifas altas, sistema tributário complexo, política industrial ineficiente, uso de medidas protecionistas em larga escala e manutenção de setores protegidos.

O efeito dessa combinação de políticas é uma baixa competitividade no mercado internacional que, quando combinada com a pouca agilidade na negociação de acordos bilaterais e multilaterais, torna o Brasil relativamente fechado.

“A economia brasileira permanece orientada para dentro, com o fluxo de comércio agregado de produtos e serviços representando 25% do PIB durante o período de revisão”, aponta o relatório da OMC. Esse é um dos menores índices de corrente de comércio do mundo.

O protecionismo é ainda comum a diversos setores. Há indústrias fechadas ao investimento estrangeiro – transporte aéreo, serviços financeiros, de saúde, agronegócio, mídia e mineração –, e dezenas de outras que conseguiram proteção por meio de medidas antidumping.

No período analisado pela OMC, o Brasil instituiu 123 novas medidas e, em dezembro de 2016, 163 estavam em vigor. Essas medidas têm o objetivo de estabelecer tarifas extraordinárias para importações consideradas “desleais” pelo governo brasileiro, mas se tornaram uma forma recorrente de proteção por prazos bastante longos.

O relatório deixa muito claro que os desafios para o Brasil são muito complexos porque combinam o fechamento do mercado com os anacronismos de suas escolhas econômicas internas. O sistema tributário é complicado e consome recursos das empresas, reduzindo sua competitividade.

O Estado ainda tem um peso enorme em diversos setores, como petróleo, mineração e agricultura. E os ganhos de produtividade, que viriam com a combinação de treinamento da mão de obra e investimento em tecnologia, ocorrem em um ritmo decepcionante.

Essa complexidade não significa que o país deva continuar orientando sua estratégia econômica para dentro. O comércio é um dos caminhos para estimular o aumento da

produção e da produtividade, e precisa fazer parte das escolhas que o Brasil fará nos próximos anos.

A maior abertura pode ser adotada em novos acordos comerciais, como o que está em negociação com a União Europeia, ou de forma isolada. A escolha de manter inalteradas as tarifas de importação e impor a burocracia para a entrada da maioria dos produtos pode ser revertida de unilateralmente. Feita de forma gradual e organizada, a maior integração ao mundo vai se transformar em maior riqueza para os brasileiros.

Experiências de empresas brasileiras são apresentadas em fórum da ONU

19/07/2017 – Fonte: CNI

Entre os casos levados pela Câmara de Comércio Internacional no Brasil estão os do Grupo Boticário, Natura, Fibria e Engie, engajadas nas metas da Agenda 2030, da ONU



A Câmara de Comércio Internacional (ICC, em inglês) no Brasil levou experiências bem-sucedidas de cinco empresas brasileiras em conservação do meio ambiente para o Fórum de Alto Nível Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), que ocorre até esta quarta-feira (19), em Nova Iorque.

No evento, são avaliados os esforços do setor privado para promover o crescimento e o desenvolvimento sustentável com base nas metas da Agenda 2030, da ONU.

Iniciativas de empresas brasileiras apresentadas no fórum, que começou no dia 10 de julho, foram do Grupo Boticário, da fabricante de celulose Fibria, de cosméticos Natura, a geradora de energia elétrica Engie, o Banco do Brasil e Bradesco.

Entre os destaques está o Grupo Boticário, que nesta segunda-feira, 17 de julho, esteve ao lado do ministro do Planejamento da Suécia, Ardalan Shekarabi, e do secretário-geral da ICC, John Danilovich.

Pela primeira vez, uma indústria brasileira esteve em uma mesa no fórum de alto nível da ONU. A empresa apresentou projetos de pesquisa científica em conservação de espécies e habitats e de manutenção de mais de 11 mil hectares de áreas protegidas.

A ICC Brasil tem dois anos e é fruto de uma parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Conheça as experiências apresentadas no fórum da ONU:

Grupo Boticário

A Fundação Grupo Boticário é uma das maiores patrocinadoras de projetos ambientais da América do Sul. Até hoje, mais de 1.500 projetos de pesquisa científica foram financiados pela fundação, beneficiando inúmeras espécies e seus respectivos habitats. A entidade também mantém duas Áreas Privadas Protegidas, totalizando mais de 11 mil hectares nos biomas mais ameaçados no Brasil.

Mais de cem pesquisas científicas foram realizadas nas reservas e mais de 130 mil pessoas visitaram as áreas até agora.

Engie

O Programa Crianças Saudáveis, Futuro Saudável, uma parceria da Fundação Engie e da organização não-governamental Inmed Brasil, é focado na saúde e educação de crianças e jovens. Em 5 anos de projeto, mais de 30.000 crianças já foram assistidas.

O programa ainda desenvolve ações de educação participativa em saúde preventiva e nutrição, tratamento de crianças com infecção parasitária intestinal. Atua em regiões com extrema escassez de infraestrutura de saneamento e água potável, implementando o método SODIS, que usa energia solar para destruir microrganismos patogênicos.

Além disso, a empresa tem projeto de proteção das nascentes de água para garantir o abastecimento e a qualidade da água para as comunidades locais. Isso ocorre através de parcerias estabelecidas entre a empresa, entidades sociais e comunidades locais. Os resultados do programa atingiram escala e contribuem para a conservação de aproximadamente 1.350 nascentes e mais de 1.500 famílias envolvidas e beneficiadas.

Natura

O Instituto Natura administra e aplica os fundos gerados pelas vendas da linha Crer para Ver de produtos não cosméticos, cujos lucros são utilizados integralmente para apoiar projetos voltados à melhoria da qualidade da educação pública. Em 2016, R\$ 38 milhões foram arrecadados no Brasil e nas operações na América Latina, beneficiando mais de 1.200 escolas e organizações e 550 mil estudantes.

A Natura também desenvolveu um programa educacional para os consultores Natura e suas famílias, oferecendo bolsas de estudos parciais e integrais. Nos primeiros meses do programa, mais de 25 mil pessoas voltaram a estudar.

Por meio do Programa Carbono Neutro, lançado em 2007, a Natura compra créditos de carbono apenas de projetos associados à regeneração e manutenção florestal, à eficiência energética ou à substituição de combustíveis fósseis.

Atualmente o programa é composto por 63% de projetos de energia e 37% de iniciativas florestais.

Em 2016, 96% do consumo de energia da Natura proveio de fontes renováveis. A empresa também mapeou 11 oportunidades para diversificar suas fontes de energia renováveis e começou a implementar algumas dessas opções.

Fibria

Os programas sociais da Fibria em áreas rurais no Brasil beneficiam mais de 5 mil famílias e geram um crescimento de renda entre 4 e 5 salários mínimos por família. Além disso, na área ambiental, as florestas nativas da Fibria e as plantações comerciais de eucalipto representam um estoque de carbono significativo de mais de 18 milhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente.

Banco do Brasil

O Banco do Brasil desenvolve em todo país um programa de microcrédito urbano que já realizou mais de 45 mil empréstimos (totalizando cerca de US\$ 100 milhões) para pequenas e médias empresas e empreendedores, sendo mulheres 50% do total de beneficiados.

Bradesco Seguros

Bradesco Seguros utiliza um "banco flutuante" na Amazônia, permitindo que 35 mil contas sejam abertas e 4,5 milhões de operações financeiras sejam executadas.

Indústrias terão de reduzir captação para evitar cortes de água

19/07/2017 – Fonte: CNI

Resolução da Agência Nacional de Águas (ANA) publicada no Diário Oficial da União nesta terça-feira (18) foi fruto de negociação da Confederação Nacional da Indústria (CNI)



Indústrias que precisam captar água por mais de 12 horas por dia de rios da União terão dez dias para reduzir em 14% a captação de água em relação ao volume utilizado em maio. Essa é a nova regra estabelecida em resolução publicada pela Agência Nacional de Águas (ANA) no Diário Oficial da União nesta terça-feira (18). A medida é fruto de acordo negociado com a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

A medida atinge 87 indústrias que são abastecidas por águas do domínio da União, sobretudo dos setores de mineração, metalmeccânica e agroindustrial da Bacia do São Francisco. A reedição da resolução da ANA determina ainda que indústrias que não se enquadrem nas novas regras terão um canal para negociar com a agência.

HISTÓRICO – O acordo entre o setor industrial e a ANA ocorreu em virtude de manifestação do setor empresarial contrário à medida de racionamento que estabelecia cortes de água uma vez por semana. Em [carta](#), a CNI destacou que a determinação traria severos prejuízos socioeconômicos à Região da Bacia do São Francisco.

Segundo a entidade, em alguns segmentos, como os de mineração, paralisaria a linha de produção em dois a três dias, em média, podendo gerar perdas de até um terço da produção.

Área econômica pede veto a Refis, que perdoará R\$ 220,6 bilhões em dívidas

19/07/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Notas de real, deputados quebram acordo e relatório do novo Refis dá descontos de até 99%

A Receita Federal e a PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) recomendaram o veto integral ao projeto de lei que cria o Pert (Programa Especial de Regularização Tributária), popularmente chamado de Refis.

A recomendação foi feita por auditores e procuradores ao presidente Michel Temer em reunião ocorrida na Casa Civil nesta terça-feira (18). Os técnicos entregaram uma nota conjunta informando que, caso o Congresso aprove o relatório do deputado Newton

Cardoso Júnior (PMDB-MG), a União estará perdendo R\$ 220,6 bilhões em dívidas tributárias ao longo de 15 anos em troca de R\$ 416,8 milhões em receita.

Na versão anterior, o governo aceitou abrir mão de R\$ 63,8 bilhões para receber R\$ 13,3 bilhões em receita ainda neste ano, o que reforçaria o caixa do governo para liberar despesas previstas no Orçamento e estão congeladas.

Ainda segundo os técnicos da área econômica, hoje, a medida beneficiaria 2,7 milhões de empresas de um total de 12,7 milhões. Ou seja: 21,2% das empresas são devedoras. Por isso, os auditores da Receita e os procuradores da Fazenda afirmam que, do jeito que está, o projeto será uma sinalização de que compensa não pagar tributos no país.

"Os impactos propostos [pelo projeto de lei] apresentam elevado grau de comprometimento das finanças públicas (...) afrontando os ditames de uma gestão fiscal responsável", diz a nota.

HISTÓRICO

As estimativas de perdas para os cofres públicos pioraram porque, na semana passada, parlamentares de uma comissão mista da Câmara aprovaram o relatório do deputado Newton Cardoso Jr. (PMDB-MG), que ampliou as vantagens às empresas devedoras definidas por uma medida provisória.

Segundo os técnicos, os parlamentares não só alongaram os prazos de pagamento como os descontos sobre multas e juros. No melhor cenário, a União daria 99% de descontos para os devedores que pagarem 20% de entrada ainda neste ano.

No documento entregue à Casa Civil, constam 23 pontos considerados "danosos" ao erário que, pelos cálculos, só permitirão arrecadar R\$ 416,8 milhões neste ano. Nos anos seguintes, a União deixaria de arrecadar R\$ 7,6 bilhões, em 2018, R\$ 8,8 bilhões, em 2019, e R\$ 12,9 bilhões, em 2020.

Pela versão anterior, que já ampliava os benefícios às empresas, as receitas seriam de R\$ 13,3 bilhões em 2017, R\$ 950 milhões, em 2018, e R\$ 373 milhões (2020). Em 2009, os cofres públicos deixariam de arrecadar R\$ 2,7 bilhões em dívidas.

Desembolsos do BNDES mantêm queda e voltam a patamar da década de 90

19/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

Em meio à crise econômica do País, os desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) mantiveram a trajetória de queda no primeiro semestre deste ano, com retração de 17% na comparação anual. A indústria foi o setor com o maior impacto, com os desembolsos do setor retornando ao patamar de meados da década de 90.

Segundo o superintendente de Planejamento e Pesquisa do banco, Fabio Giambiagi, houve um "retrocesso na liberação de recursos para o setor ao longo dos últimos anos", que culminou num "fundo do poço", ainda refletido nos números do primeiro semestre de 2017, divulgados hoje. A retomada, diz ele, é esperada para o ano que vem.

O BNDES liberou R\$ 33,48 bilhões de janeiro a junho deste ano. No caso da indústria, foram R\$ 6,9 bilhões, 42% menos do que em igual período do ano passado. Considerando o que já foi aprovado e está na fila para sair do papel, o cenário é ainda pior.

No mesmo período, as aprovações da indústria despencaram 61%. São R\$ 6,6 bilhões à espera para liberação. Segundo Giambiagi, os baixos níveis de aprovações do

passado "continuarão influenciando negativamente os desembolsos por um tempo", afirmou.

Sobre o retorno ao nível de meados dos anos 90, o economista considerou o desembolso de R\$ 25,2 bilhões liberados nos 12 meses até junho patamar equivalente ao de duas décadas atrás. Em um bom momento da economia, em 2010, o BNDES chegou a liberar R\$ 125 bilhões à indústria, mas, desde então, o financiamento ao setor iniciou trajetória de queda e chegou aos R\$ 30,1 bilhões em 2016.

A visão do economista é que o "fundo do poço" é uma "velha metáfora" que facilmente pode ser utilizada para retratar a relação do BNDES com a indústria, hoje. A expressão, porém, serve também para o conjunto dos desembolsos dos diferentes segmentos. A exceção é a agropecuária, que teve desempenho positivo, com aumento de 3% tanto nos desembolsos quanto nas aprovações entre janeiro e junho deste ano.

Em coletiva de imprensa, o superintendente declarou que "não se espera reversão imediata" do cenário de queda dos desembolsos. A expectativa é fechar o ano com liberação de R\$ 78 bilhões, R\$ 10 bilhões a menos que no ano passado.

"O desembolso em 12 meses continuará caindo por alguns meses. Até o fim do ano ou começo do ano que vem pode voltar a atingir uma dinâmica ascendente", afirmou. Apesar disso, os dados mostram que o ritmo da queda dos desembolsos vem caindo. A retração foi de 41,65% no primeiro semestre de 2016 ante o mesmo período do ano anterior, enquanto nos últimos seis meses do ano passado a queda foi de 28,34%, também na comparação anual.

No caso das aprovações de novos empréstimos, foram R\$ 32,17 bilhões nos seis primeiros meses do ano, queda de 26% frente a igual período de 2016. As consultas, primeiro passo do processo de pedido de crédito do banco, registraram R\$ 48,151 bilhões de janeiro a junho, queda de 15%.

Giambiagi: desembolso do BNDES continuará afetado por retração de aprovações

19/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

Ao apresentar o desempenho do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no primeiro semestre deste ano, o superintendente do Planejamento e Pesquisa do banco, Fabio Giambiagi, destacou que "não há como dissociar o desembolso do banco da trajetória do investimento". Segundo ele, "continuamos a ter indicadores de investimento que deixaram a desejar".

"A dinâmica do desembolso continuará a ser em alguns meses afetada pela retração das aprovações", afirmou Giambiagi. No primeiro semestre, as aprovações caíram 26%, mais do que os desembolsos, que retraíram 17%. "Aprovações baixas no passado continuarão influenciando negativamente desembolsos por um tempo", acrescentou o economista.

Ainda assim, traz o release do banco, no qual foram apresentados os resultados do semestre, que "os indicadores de atividade vêm confirmando a expectativa quanto ao processo de recuperação da economia". De acordo com o comunicado do banco, "há também um conjunto de sinais de curto prazo apontando para uma perspectiva de melhora no nível de atividade econômica no País, a despeito das turbulências recentes".

O banco informa ainda que espera por uma recuperação gradativa da demanda ao longo do ano. E destaca ainda que o recuo no desembolso não foi uniforme no semestre nas diferentes regiões do País. No Centro-Oeste, houve expansão de 8% nas

liberações, enquanto no Nordeste alta atingiu 9%. Já no Sudeste caiu 28%, no Sul, 20% e no Norte, 16%.

Giambiagi afirmou que os resultados dos desembolsos do banco no acumulado dos últimos 12 meses devem voltar a crescer entre o final deste ano e o começo do ano que vem. No acumulado até junho deste ano, houve queda de 24%, com um total de R\$ 81,614 bilhões.

“Não se espera reversão imediata do desembolso, que está em queda”, afirmou Giambiagi em entrevista coletiva sobre os resultados do primeiro semestre.

Neste ano, o banco de fomento estima que os desembolsos cheguem a R\$ 78 bilhões, abaixo dos R\$ 88 bilhões do ano passado. Segundo o superintendente, a boa notícia destes últimos meses é que as aprovações subiram um pouco.

Selic

Giambiagi estimou que a taxa Selic deve encerrar o ano entre 8% e 8,5%. Para 2018, a previsão é de que a taxa pode ficar abaixo de 8%.

“Não descartando ter a Selic ligeiramente inferior a 8% no ano que vem, se a dinâmica inflacionária continuar extremamente benigna”, afirmou.

Questionado sobre indicativos de uma retomada da economia, afirmou que houve uma reversão “muito recente” das consultas e dos enquadramentos, quando se verifica os dados dos últimos 12 meses encerrados em junho. “Mas é preciso esperar se essa tendência se confirma”, afirmou.

Cartão BNDES

O desembolso de operações automáticas do BNDES por meio do Cartão BNDES somou R\$ 1,39 bilhão no primeiro semestre deste ano, queda de 58% em relação a igual período do ano passado. De janeiro a junho o número de operações chegou a 103,87 bilhões, 57% menos do que nos primeiros seis de 2016.

Marcelo Porteiro, superintendente de Operações Indiretas do banco, argumentou que houve uma resistência dos bancos repassadores diante da crise financeira, que contribuiu para ampliar a inadimplência no grupo de micro, pequenas e médias empresas, alvo do Cartão BNDES. Como solução, o banco estuda reajustar o spread do cartão para adequá-lo ao risco. Como consequência, os juros do cartão irão subir “marginalmente”, disse.

Parlamentares não veem conflito de interesse

19/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

Deputados e senadores não enxergam conflito de interesse em discutir um novo Refis, com perdão de juros e multas em dívidas da União, mesmo sendo potenciais beneficiados do novo programa de parcelamento.

Sabino Castelo Branco (PTB-AM) afirmou que fez o parcelamento do valor e pediu a retirada desse nome da lista. Carlos Melles (DEM-MG) contou que não sabia da dívida de quase R\$ 900 mil, mas não vê conflito. “Sou deputado, mas sou brasileiro, tenho direito de me defender”.

Carlos Bezerra (PMDB-MT) também negou qualquer tipo de conflito. “O Refis abrange todo mundo”, afirmou. Wladimir Costa (SD-PA) disse que deve não só à Fazenda Nacional, como também “a Deus e o mundo”, mas que vai pedir parcelamento. Junior Marreca (PEN-MA) afirmou que não parcelou ainda porque entrou com um pedido de retificação da dívida.

O deputado Bebeto (PSB-BA) explicou que a dívida está sendo paga e vai votar contra a proposta do Refis. Cajar Nardes (PR-RS) disse que o débito é de uma empresa do qual era sócio, mas pediu dissolução da sociedade em 2005.

O deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB-SC) afirmou que está contestando os valores referentes à pendência. Ezequiel Fonseca (PP-MT) respondeu à reportagem que não tinha ciência do débito, mas que vai pagar.

A deputada Janete Capiberibe (PSB-AP) argumentou que a pendência é de um processo de 1999, que já está quite. Augusto Coutinho (SD-PE) disse que a dívida é referente a uma multa, que está sendo questionada judicialmente.

José Fogaça (PMDB-RS) afirmou que votará contrário ao Refis. Arthur Lira (PP-AL) disse que seu débito foi parcelado. Franklin (PP-MG) contou que está regularizando a situação. O deputado Guilherme Mussi (PP-SP) não tinha conhecimento da pendência.

Gilberto Nascimento (PSC-SP) disse que estava viajando e não poderia falar. George Hilton (PSB-MG) não quis se manifestar porque o caso está sendo alvo de processo na Justiça. Os demais deputados não foram encontrados.

Senado

O senador Roberto Rocha (PSB-MA) informou que o débito se refere a verba indenizatória do início dos anos 90 que foi incorporada no seu imposto de renda e está sendo questionado na Justiça. Lindbergh Farias (PT-RJ) diz que a dívida refere-se a uma multa eleitoral da campanha de 2014 que também está sendo questionada na Justiça. João Alberto de Souza (PMDB) não respondeu os questionamentos da reportagem. Jader Barbalho (PMDB-PA) não foi encontrado.

Dedução de IRPJ poderá valer sobre todo plano de previdência patrocinado da empresa

19/07/2017 – Fonte: Portal Câmara

Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 5394/16, dos deputados do PSD Goulart (SP) e Rogério Rosso (DF), que amplia a possibilidade de dedução do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) para todos os planos de previdência privada de que a empresa seja patrocinadora.

Atualmente, a legislação (Lei 9.532/97) limita a participação a apenas um plano de previdência privada. O limite de dedução é de 20% do total dos salários dos empregados e da remuneração dos dirigentes. A dedução é usada para apuração do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Na justificativa, os deputados do PSD, afirmam que muitos planos de benefícios requerem contribuições da patrocinadora mesmo com o fim do vínculo empregatício com o empregado, participante do plano.

A patrocinadora assume um certo número de obrigações pecuniárias com o objetivo de suprir as despesas do plano de benefícios e da entidade no custeio dos planos previdenciários dos participantes”, afirma o documento assinado por Goulart e Rosso.

Tramitação

A proposta tramita em caráter conclusivo e será analisada pelas comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação (inclusive quanto ao mérito); e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

- Íntegra da proposta:
- [PL-5394/2016](#)

Receita divulga resultado da arrecadação de junho nesta quarta

19/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

A Receita Federal divulga nesta quarta-feira, 19, às 10h30, o resultado da arrecadação de tributos federais e contribuições previdenciárias de junho. Às 11h, o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros, Claudemir Malaquias, comenta os números.

Segundo pesquisa do **Projeções Broadcast**, a arrecadação de impostos e contribuições federais de junho deve apresentar resultado maior que o saldo de maio deste ano, de R\$ 97,694 bilhões, e também em relação ao apurado no sexto mês do ano passado, de R\$ 98,129 bilhões.

O intervalo de 18 previsões coletadas vai de R\$ 98,400 bilhões a R\$ 118,792 bilhões, com mediana de R\$ 102,250 bilhões.

Receita recupera R\$ 73,6 bilhões em impostos não pagos no 1º semestre

19/07/2017 – Fonte: R7

Fisco afirma que R\$ 4 bilhões do total recuperado teve origem na Operação Lava Jato. O total de créditos tributários (impostos não pagos, multas e juros) recuperados pela Receita Federal no primeiro semestre deste ano foi de R\$ 73,636 bilhões em lançamentos.

O valor representa aumento de 12,6% na comparação com o mesmo período de 2016, quando foram anotados R\$ 65,4 bilhões.

Do total, R\$ 4 bilhões vieram de autuações relacionadas à Operação Lava Jato. De 2015 a 2017, o total recuperado com a operação chega a R\$ 12,8 bilhões.

“Foi o segundo melhor primeiro semestre da história da fiscalização da Receita. Os auditores botaram a faca nos dentes e entregaram um resultado bastante significativo.

O principal deles é o grande volume de crédito tributário de contribuição previdenciária. Tivemos aumento de 54% no combate à sonegação previdenciária.

Quando o País está discutindo a reforma da Previdência, a Receita Federal, que tem responsabilidade sobre metade desse problema, está dando a resposta”, disse o subsecretário de Fiscalização da Receita Federal, Iágaro Jung Martins, ao divulgar o balanço nesta terça-feira (18), em Brasília.

Na área da previdência, as principais hipóteses de sonegação são a contratação de pessoa física como pessoa jurídica, o pagamento por grandes empresas por Stock Options (forma de remuneração de gestores por meio de bonificações ou direito à compra de ações), a segregação de pessoas jurídicas, quando se separa a empresa e leva seus funcionários para uma empresa tributada pelo Simples, de forma a não ter de pagar a contribuição previdenciária patronal.

“Tem também aquelas empresas que atuam com substituição da tributação da contribuição previdenciária da folha de pagamento pelo faturamento, e [isso] confunde as atividades para não pagar o imposto da contribuição previdenciária, nem de uma forma nem de outra”, disse o subsecretário.

Ao todo, foram investigadas 6.161 pessoas jurídicas em 2017, o que resultou em R\$ 70.672 bilhões em créditos tributários. Já o total de pessoas físicas ficou em 195,5 mil, o que correspondeu a R\$ 2,96 bilhões.

No caso da pessoa física, apesar de a quantidade de procedimentos de auditorias externas e de revisão de declarações ter aumentado 14,4% na comparação com 2016, chegando a 195.531 auditorias, o valor obtido em créditos caiu 39,2%. Já no caso de pessoas jurídicas a quantidade de auditorias aumentou 28,5% (totalizando 6.161 auditorias e revisões), e os valores, em 16,8%.

De acordo com Iágaro Jung Martins, há ainda 177 pessoas físicas e jurídicas relacionadas à Lava Jato sendo investigadas. "A expectativa é de que até o final do ano ampliemos para R\$ 15 bilhões os valores desses lançamentos", disse.

Temer adia lançamento do Cartão Reforma para o dia 25

19/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

O presidente Michel Temer decidiu adiar o lançamento do Cartão Reforma, que estava marcado para esta quarta-feira, 19, em Caruaru (PE), para o próximo dia 25. Segundo o Planalto, a data ainda é uma "previsão" e o adiamento se deu por "motivo de logística". Já que o deslocamento do presidente "requer algumas peculiaridades".

Apesar disso, o evento já tinha sido anunciado pelo ministro das Cidades, Bruno Araujo, que inclusive teve uma reunião nesta manhã com o presidente Temer para acertar a agenda. O encontro teve a participação do presidente da Caixa, Gilberto Occhi, que também iria para a agenda Caruaru.

Após o encontro, o ministro disse que a entrega do Cartão Reforma em Caruaru na quarta-feira aconteceria de forma simbólica e destacou que o presidente estava pessoalmente empenhado em fazer o programa andar, já que era uma bandeira de seu governo.

A decisão de ir a Caruaru, que tinha sido fechada na segunda-feira, 16, era um afago aos tucanos e auxiliares destacavam que a viagem de Temer tenha um "simbolismo" para mostrar a boa relação com o PSDB, apesar das divergências internas. No entanto, interlocutores do Planalto minimizam o cancelamento e reforçam que a agenda ainda acontecerá

Frustração

Temer também não deve conseguir realizar nesta quarta a cerimônia para prorrogar o Repetro, um sistema de incentivos para a área de petróleo. Segundo fontes, o projeto já teria as recomendações dos ministérios de Minas e Energia e da Fazenda, mas ainda está em análise final na Casa Civil e não deve ser finalizado até esta quarta-feira.

Sem chances de aprovar Previdência agora, Planalto aposta em mudanças tributárias para dar sinal positivo

19/07/2017 – Fonte: Portal Contábil SC



Sem condições políticas de tocar a reforma da Previdência na Câmara antes de resolver a crise causada pela denúncia contra o presidente Michel Temer, o Palácio do Planalto decidiu investir na reforma tributária, que não exige mudanças constitucionais e tem potencial para criar boas notícias para o governo mais rapidamente.

Nos últimos dias, o próprio presidente voltou a falar nas mudanças tributárias. Conversas sobre o tema com os ministros do Planalto, a equipe econômica e diversos

parlamentares vêm ocorrendo, ao mesmo tempo que, na segunda-feira, em mais um vídeo distribuído nas redes sociais, Temer afirmou que a reforma tributária será enviada em "brevíssimo tempo" ao Congresso.

"Só vai ter ambiente político para ir para a votação da Previdência com margem depois de passar essa questão da denúncia", disse à Reuters uma fonte palaciana.

Sem ter que passar por mudanças constitucionais, que exigem o voto de 308 dos 513 deputados e 49 dos 81 senadores, as mudanças tributárias são mais fáceis de serem aprovadas pelo Congresso do que voltar a se falar de uma reforma da Previdência que não tinha votos para ser aprovada mesmo antes das denúncias contra o presidente.

O governo insiste que não desistiu da Previdência, mas admite que precisa esperar. É uma forte mudança diante do discurso do Planalto, de que a reforma previdenciária era urgente e absolutamente necessária.

Agora, sem chances com a Previdência, mas entusiasmado com a aprovação da reforma trabalhista, Temer teria decidido tocar a chamada "simplificação tributária" como uma forma de tentar melhorar as condições para a economia engrenar uma retomada do crescimento de forma consistente.

"A gente sabe que é difícil a Previdência agora. Uma reforma desse nível tem que estar tudo muito acertado. É uma avaliação lógica que não tem clima agora", disse o vice-líder do PMDB na Câmara Lúcio Vieira Lima (BA). "Mas as reformas não têm uma ordem, tem reformas. Se o governo avaliar que não tem brecha para a Previdência agora, põe outra, não tem problema."

Uma outra fonte palaciana confirmou que, aproveitando o recesso do Congresso, o governo vai acelerar uma proposta para apresentar na volta ao trabalho dos parlamentares.

Alcance Restrito

A reforma, no entanto, deve ter alcance bastante restrito, limitando-se a mudanças nas alíquotas do PIS e da Cofins. Empresas com faturamento acima de um determinado limite teriam uma alíquota maior.

O governo não pretende mexer no ICMS e no ISS, dois dos principais nós do regime tributário brasileiro, com alíquotas que variam nos Estados e municípios, justamente para não criar problemas com governadores e prefeitos em um momento em que a maioria passa por dificuldades financeiras.

"ICMS e ISS ficam mais para frente para não comprar briga com os Estados", confirmou uma fonte palaciana.

Outras mudanças serão menores, de desburocratização de procedimentos.

Líder da maioria na Câmara, o deputado Lelo Coimbra (PMDB-ES), diz que a negociação de mudanças tributárias é uma maneira do governo "buscar um caminho" para melhorar o ambiente econômico, enquanto a crise política não se desfaz.

"Isso fortalece o norte do governo", disse. "A Previdência vamos ver o que se pode fazer, mas é mais adiante. Se conseguirmos aprovar pelo menos três itens é um passo à frente."

Um dos vice-líderes do PSB da Câmara e da ala do partido ligada ao governo, Danilo Forte (CE), afirmou que o presidente pediu sugestões em audiência na segunda-feira no Palácio do Planalto para buscar uma simplificação da legislação tributária.

Questionado a respeito da tramitação da reforma da Previdência, que está no plenário da Câmara parada desde a eclosão da crise que implica Temer, Danilo Forte destacou que o Planalto avançou nas negociações até onde pôde.

O deputado Mauro Pereira (PMDB-RS), que também se reuniu no Planalto com Temer na segunda-feira, confirmou que o governo quer retomar a discussão da reforma tributária.

Existe a possibilidade de que os deputados possam discutir uma proposta que está sendo elaborada pelo deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), que preside uma comissão temática da Câmara que trata do assunto. No entanto, o governo até agora não encampou ainda a proposta de Hauly, considerada mais ampla do que Temer quer ir neste momento.

Governo fará reforma tributária para mudar cobrança de PIS/COFINS

19/07/2017 – Fonte: Portal Contábil SC

Alíquota menor teria teto de R\$ 4,8 milhões em faturamento. O Palácio do Planalto determinou à área econômica que faça uma minirreforma tributária, com foco no PIS e na Cofins, tributos que incidem sobre o faturamento das empresas.

O Palácio do Planalto determinou à área econômica que faça uma minirreforma tributária, com foco no PIS e na Cofins, tributos que incidem sobre o faturamento das empresas.

O governo quer adotar um teto de R\$ 4,8 milhões de faturamento por ano para as empresas, independentemente do ramo. A medida faz parte de uma agenda positiva, que inclui ainda uma "limpeza" na proposta de reforma da Previdência, a fim de facilitar sua aprovação no plenário da Câmara.

Segundo fontes, o presidente Michel Temer está animado com a aprovação da reforma trabalhista e com a vitória em relação ao primeiro bloco de denúncias feitas contra ele pela Procuradoria-Geral da República. Por isso, quer aproveitar este momento para discutir medidas de modernização da economia.

A firma que faturar além do teto de R\$ 4,8 milhões terá de migrar para o regime com alíquota maior, de 9,25%, chamado de não cumulativo (que permite às empresas se apropriarem de créditos tributários pagos na operação anterior).

Já quem faturar abaixo desse valor poderá optar entre permanecer com uma alíquota mais baixa, de 3,25%, no regime concentrado ou cumulativo (o valor pago na operação anterior não é abatido na seguinte), ou ir para o não cumulativo.

CORRIGIR DISTORÇÕES

Hoje, estão enquadrados no regime cumulativo prestadores de serviços, como empresas de comunicação, conservação, construção, engenharia, educação, contabilidade, publicidade, consultoria, entre outros. No sistema não cumulativo, por outro lado, está a maior parte das indústrias.

Há uma lista de insumos utilizados na produção que geram crédito tributário e, portanto, podem ser abatidos do imposto a pagar, e outros que não geram, como material de escritório, consultoria, marketing. Na avaliação do governo, há distorções na forma de recolhimento desses dois tributos que precisam ser corrigidas.

— A intenção do governo é incluir um maior número de empresas no regime não cumulativo. Para isso, a lista de insumos que podem ser deduzidos será ampliada —

disse um tributarista que participa do grupo de trabalho coordenado pela Receita, que está finalizando a proposta.

Além disso, o custo para as empresas que recolhem ICMS pode subir, porque a Receita pretende compensar a retirada desse imposto da base de cálculo do PIS/Cofins. A decisão foi tomada recentemente pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

O governo alega que o objetivo da reforma do PIS/Cofins — encampada, ainda, pelo ex-ministro da Fazenda Joaquim Levy — é simplificar os dois tributos, considerados os mais complexos do regime tributário brasileiro.

Além de dúvidas sobre o crédito tributário, se o insumo gera ou não dinheiro a receber, o sistema atual gera distorções. Às vezes, uma empresa pequena paga 3,65% e, na hora de vender para uma grande, gera um crédito de 9,25%, explicou um técnico.

'BREVÍSSIMO TEMPO'

Em vídeo exibido em uma rede social, Temer prometeu uma reforma tributária em "brevíssimo tempo":

— A revolução que fizemos na relação entre patrão e empregado, faremos também ao simplificar nosso sistema tributário. Esse será outro ponto que levaremos adiante em brevíssimo tempo. Melhoraremos nossa competitividade no campo empresarial abrindo novos mercados para empresas nacionais, gerando emprego para todos os brasileiros.

O ministro da articulação política do governo, Antonio Imbassahy, disse ao GLOBO que é hora de se concentrar no andamento das reformas:

— Não é retomar, é prosseguir com a agenda de reformas. Vamos colocar agora a tributária, mas temos também de focar na Previdência, e já há um trabalho intenso no Congresso para a reforma trabalhista. Vamos abrir os trabalhos da tributária e fazer uma simplificação, já que ela é o verdadeiro nó junto ao mundo empresarial.

A avaliação no Planalto é que uma reforma tributária enfrentaria menos resistência que a previdenciária

Férias ficam mais flexíveis com a nova lei trabalhista; veja o que muda

19/07/2017 – Fonte: G1

Trabalhador de qualquer idade poderá parcelar o período de descanso por até três vezes, mas haverá restrição de datas; entenda.

A nova lei trabalhista dá mais liberdade para o trabalhador dividir as férias ao longo do ano. Por outro lado, ele não poderá mais escolher as datas que antecedem feriados ou os dias de intervalo semanal para iniciar o período de descanso. Estas regras passam a valer em novembro, quando entra em vigor a nova lei.

A grande novidade é que o trabalhador poderá sair de férias até três vezes no ano, desde que um dos períodos seja maior que 14 dias e os outros dois tenham, no mínimo, cinco dias cada um. Antes, as férias só podiam ser fracionadas em até dois períodos.

"O empregado poderá negociar como deseja fracionar as férias diretamente com o empregador", explica a advogada e sócia da área trabalhista do escritório Machado Meyer Advogados, Andrea Giamondo Massei Rossi.

Via de regra, a lei ainda prevê que as férias continuem sendo concedidas em um período único de 30 dias, mas o fracionamento será permitido se houver acordo entre

as partes. "A lei pretende estimular um ajuste entre empregado e empregador para aquilo que for de interesse comum. Não pode haver coação, obviamente", acrescenta Andrea.

Veja o que muda nas férias com a nova CLT:

Como era e como fica o parcelamento das férias?

Pela lei antiga, as férias deviam ser concedidas por 30 dias corridos, via de regra, mas podiam ser fracionadas em até duas vezes. Agora, o trabalhador poderá negociar diretamente com o patrão a possibilidade de dividir o período de descanso por até três vezes no ano.

Qual o limite de dias para parcelar as férias em 3 vezes?

Segundo a nova CLT, pelo menos uma das parcelas precisa ter, no mínimo, 14 dias. As outras duas não podem ser menores que cinco dias cada uma. Por exemplo, pode-se tirar 15 dias de férias, mais 10 dias e mais cinco. Contudo, não será permitido ao trabalhador tirar 10 dias de férias em cada um dos três períodos.

É o empregado quem decide se as férias serão divididas em 3 vezes?

Geralmente, as empresas concedem 30 dias corridos de descanso, mas o empregado poderá negociar o parcelamento individualmente com o patrão, explica a advogada Andrea, do Machado Meyer.

O trabalhador pode parcelar as férias em um ano e, no ano seguinte, tirar 30 dias seguidos de descanso?

Sim, isso poderá ser negociado diretamente entre o empregado e o empregador, ano a ano.

A nova lei proíbe sair de férias em determinados dias?

Sim. As férias do trabalhador não poderão mais começar nos dois dias que antecedem um feriado ou nos dias de descanso semanal, geralmente aos sábados e domingos.

Maiores de 50 anos poderão parcelar as férias?

Sim. Pela CLT antiga, menores de 18 anos e maiores de 50 eram obrigados a tirar os 30 dias de férias. A nova lei permite ao trabalhador de qualquer idade parcelar as férias em até três vezes, com as mesmas condições de qualquer trabalhador.

O trabalhador pode vender menos de 10 dias de férias?

Segundo o professor de direito do trabalho Gleibe Pretti, o trabalhador pode optar pelo chamado "abono pecuniário" por até 1 terço das férias. Ou seja, ele poderá vender no máximo 10 dias das suas férias ao empregador.

Como serão as férias no regime de trabalho intermitente?

Elas serão proporcionais ao tempo trabalhado, esclarece Pretti. Por exemplo, se o trabalhador foi convocado para trabalhar apenas dois meses em um ano, ele terá direito a 2/12 avos de férias proporcionais.

Quando será o pagamento das férias fracionadas?

O pagamento do adicional deverá ser feito pelo empregador ao menos dois dias antes do período das férias, esclarece o professor de direito do trabalho Gleibe Pretti. Caso o empregador atrase o pagamento, ele será feito em dobro ao funcionário.

Como serão as férias para quem trabalha meio período?

No regime parcial de trabalho (com jornada de até 5 horas diárias), os empregados tinham direito a apenas 18 dias de férias no ano, observa Andrea, do Machado Meyer.

"Agora quem trabalha em meio período terá os mesmos 30 dias de férias, acrescido de todos os direitos, como qualquer trabalhador", diz. Também será possível vender até 10 dias das férias ao empregador.

Artigo: Reforma é lufada de oxigênio nas relações entre trabalho e capital

19/07/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

A última semana foi pródiga em revelar que parte de nossos políticos nunca amadurece. Eles não conseguem superar o comportamento infantil e irresponsável que nos caracterizava no início da vida adulta, quando disputávamos o "poder" nas furiosas lutas em nossos centros acadêmicos. Valia tudo, até apagar a luz e roubar a urna!

É natural que minorias que se creem iluminadas pelo pensamento "salvacionista" (que lhes revela antecipadamente o futuro) respondam com violência a qualquer resistência à "salvação", como, por exemplo, ocupando a mesa do Senado e, no escuro, almoçando uma "marmitinha".

A aprovação da chamada "reforma trabalhista" é uma lufada de oxigênio nas relações entre o "trabalho" e o "capital", depois do avanço civilizatório promovido pela CLT, há 70 anos, mas que "criou" sindicatos com monopólio geográfico e receita segura (o imposto sindical). São apenas "correias de transmissão" dos desejos do governo e, portanto, imprestáveis para defender os interesses dos trabalhadores que o incomodam.

A nova lei não é uma panaceia que vai aumentar o emprego imediatamente, mas certamente permitirá relações mais razoáveis entre o "capital" e o "trabalho". Tal cooperação tem soma positiva, o que aumentará a produtividade do trabalho (a definição de desenvolvimento econômico) e gerará uma distribuição mais equânime do produzido.

Aprová-la foi o mais fácil de nossos problemas. Pô-la em prática contra a vontade da Justiça do Trabalho, do "sindicalismo pelego" e da ambiguidade de alguns de seus dispositivos exigirá um longo trabalho.

Talvez o maior avanço a respeito das relações "trabalho" x "capital" seja a rejeição do axioma implícito na CLT e defendido com unhas e dentes pela Justiça trabalhista: todo trabalhador é um hipossuficiente, incapaz de defender os seus próprios interesses, e todo capitalista é, naturalmente, um ladrão.

O equilíbrio se faz introduzindo a arbitragem do governo, que é o onipresente, onisciente e onipotente provedor da justiça. É difícil entender, aliás, porque só quem ganha mais do que R\$ 11 mil por mês perdeu tal privilégio!

Setenta anos de CLT deram nisto: 17 mil sindicatos gozando do monopólio geográfico e da segurança financeira, tão acomodados e seguros que podem até servir ao "capital" contra os interesses dos seus associados, como se provou na Operação Lava Jato.

Uma coisa é, de fato, segura: a lei, para funcionar, exige paridade de poder entre o trabalho e o capital, ou seja, exige: 1) uma revolução na lei eleitoral que proteja o Congresso da sua apropriação pelo capital e 2) a criação de sindicatos "naturais" competitivos e financeiramente independentes.

(Antonio Delfim Netto- Ex-ministro da Fazenda (governos Costa e Silva e Médici), é economista e ex-deputado federal).

19/07/2017 – Fonte: Tribuna PR



Sessão do Senado interrompida antes da votação da reforma trabalhista

A coluna de Laura Carvalho da semana passada é um primor: é raro encontrar tantos erros concentrados em apenas 3.200 caracteres.

Resumindo, ela afirma que a reforma trabalhista não representa um ganho de competitividade no agregado porque, "se uma mudança reduz o custo com a mão de obra de todos os empresários ao mesmo tempo, não é possível ganhar competitividade em relação aos concorrentes nacionais".

Essa afirmação trai o desconhecimento do que é a reforma trabalhista, para começar, bem como falhas não menos consideráveis a respeito de como funciona a economia.

Como tive oportunidade de explorar em coluna escrita com meu irmão, Sérgio Schwartzman, a reforma trabalhista essencialmente regula uma série de práticas até então à margem da legislação e dá aos acordos coletivos peso de lei, ressaltados direitos como férias, 13º, horas extras, jornada de trabalho etc.

Seu principal mérito, portanto, consiste em reduzir a incerteza judicial na relação trabalhista.

Assim, o risco de um empregador acabar incorrendo em custos adicionais (por força de decisões da Justiça do Trabalho) se reduz, o equivalente a um aumento de produtividade: produz-se o mesmo com menor custo esperado.

Adicionalmente a reforma encoraja a formalização do trabalho, o que também tem sido associado a maior produtividade, por ganhos de escala, acesso a crédito e outros mecanismos.

Caso soe estranho afirmar que maior produtividade não tem efeitos positivos sobre a economia, é porque é estranho mesmo (se fosse verdade, teríamos que concluir que redução da produtividade não traria consequências negativas, algo que qualquer venezuelano pode atestar em contrário).

Falta à análise de Laura considerar os impactos da produtividade sobre a economia.

Por exemplo, é esquisito considerar que a reforma trabalhista implicaria salários menores; ao contrário, a redução do custo esperado aumenta a demanda por trabalho, elevando, conseqüentemente, o salário recebido. Assim, sua conclusão sobre a reforma reduzir a remuneração dos trabalhadores não se segue.

Isso dito, também não é verdade que a reforma não implique ganhos relativos de competitividade.

Para ver isso, imagine duas empresas com R\$ 100 de capital, remunerado a 10% ao ano, ou seja, custo de capital de R\$ 10/ano.

Uma emprega dez trabalhadores ao custo de R\$ 1,00 por trabalhador/ano; a outra, cem trabalhadores ao mesmo custo unitário, implicando custo de trabalho de R\$

10/ano na primeira e R\$ 100/ano na segunda. Seus custos totais, portanto, são R\$ 20/ano e R\$ 110/ano, respectivamente.

Uma redução de 10% no custo do trabalho reduz o custo total da primeira para R\$ 19/ano, ganho de 5%. No caso da segunda, o custo cai para R\$ 100/ano, ganho de 9%.

Vale dizer, empresas intensivas em trabalho ganham mais do que as intensivas em capital, o que deve ser sempre verdade em um mundo em que não exista apenas um insumo para a produção, ou seja, o mundo como ele é...

Relendo a coluna, percebo que afirmei apenas o óbvio: aumento da produtividade é sempre benéfico e eleva salários; já os efeitos de redução do custo do trabalho beneficiam mais quem usa trabalho mais intensamente. Como podem ter escapado a uma professora da USP?

A resposta é simples: quando a conclusão precede a análise, a lógica é sempre sacrificada.

(Alexandre Schwartzman - Ex-diretor de Assuntos Internacionais do BC, é doutor em economia pela Universidade da Califórnia).

Com crise econômica, consumo consciente regride no Brasil

19/07/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Na crise, os brasileiros estão entrando mais no cheque especial e gastando acima do previsto em promoções, de acordo com pesquisa do birô de crédito SPC Brasil.

O percentual dos chamados consumidores conscientes passou de 32%, em 2016, para os atuais 28%. A variação fica dentro da margem de erro da pesquisa, que ouviu 607 pessoas entre os dias 5 e 17 de maio.

Por isso, o SPC Brasil considera que não há diferença estatística em relação à sondagem divulgada no ano passado.

Mas José Vignoli, educador financeiro do birô de crédito, reconhece que houve uma regressão, principalmente na maneira como o brasileiro lida com suas finanças.

"As práticas financeiras pioraram um pouco, enquanto achávamos que, com a crise, iam melhorar", afirmou. "O que vimos foi que os consumidores negligenciaram as práticas financeiras."

Algumas perguntas feitas na sondagem revelam essa piora. No ano passado, 84,7% diziam não recorrer ao cheque especial para fechar as contas do mês. Neste ano, essa fatia caiu para 72,3%.

Já a parcela que não gastava mais que o previsto em promoções recuou de 80,6% no ano passado para 64,5%.

Para Vignoli, a falta de margem de manobra no orçamento familiar, com o desemprego em patamares históricos no país (13,3% em maio), ajuda a explicar essa regressão nas práticas financeiras.

"As pessoas já fizeram os ajustes ou estão bastante apertadas. Não há uma política de educação financeira para explicar o melhor uso do crédito. Estamos em uma sociedade muito consumista, e as pessoas não conseguem simplificar seus hábitos."

Outra pesquisa do SPC Brasil divulgada nesta terça retrata essa dificuldade. Segundo o levantamento, 17% dos consumidores conseguiram poupar parte da renda em maio -3 em cada 4 entrevistados não guardaram nada.

PESQUISA-Incerteza política fará Brasil crescer menos em 2017 e 2018

19/07/2017 – Fonte: Reuters

As economias latino-americanas provavelmente estão crescendo mais lentamente do que o esperado este ano, diante das incertezas políticas antes de uma série de eleições, segundo pesquisa da Reuters publicada nesta quarta-feira.

Os economistas dos principais bancos e consultorias reduziram suas estimativas para o crescimento econômico em 2017 para todos os sete maiores países da região, quando comparada com a pesquisa de abril, com exceção do México, onde o impacto potencial da surpreendente eleição de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos parecia exagerado.

"Esperamos uma recuperação gradual no segundo semestre e até 2018", disse o economista-sênior da Pantheon Economics, Andres Abadia. "Mas o aumento da incerteza política e o fim iminente de efeitos de base favoráveis nas taxas de inflação em algumas economias limitarão o alcance da ação das autoridades".

A previsão agora é de que o Brasil, maior economia da América Latina, cresça 0,5 por cento em 2017 e 2,1 por cento em 2018, de acordo com a mediana das estimativas, abaixo de 0,6 e 2,4 por cento na pesquisa de abril, respectivamente.

O Chile e a Colômbia deverão crescer 1,6 e 1,9 por cento este ano, abaixo de 1,9 e 2,3 por cento, respectivamente, no levantamento do último trimestre. Na Argentina e no Peru, o PIB deverá crescer 2,5 e 2,7 por cento, respectivamente, também abaixo dos 2,8 e 3,5 por cento calculados na pesquisa de abril.

Na contramão, veio o México, cujas contas de crescimento subiram a 1,9 por cento para 2017, ante 1,7 por cento na pesquisa passada.

"As empresas do México parecem ter percebido que podem ter reagido prematuramente a possíveis mudanças nas políticas dos EUA", disse o economista-chefe do HSBC no México, Alexis Milo.

Temporada De Eleição

Apesar da piora das estimativas, a região como um todo ainda deve recuperar-se da contração estimada de 1 por cento em 2016, de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), em parte porque a queda da inflação está permitindo que os bancos centrais reduzam as taxas de juros.

No Brasil, a inflação deverá cair abaixo de 3 por cento pela primeira vez em mais de dez anos até setembro. A demanda do consumidor permanece fraca após a profunda recessão que terminou no primeiro trimestre, e o Banco Central provavelmente reduzirá a taxa básica de juros para cerca de 8 por cento este ano, perto da mínima histórica.

O avanço da crise política do país, com o presidente Michel Temer enfrentando acusações de corrupção e eventual afastamento do cargo, também turvou o cenário com o aumento das preocupações com a aprovação da reforma da Previdência.

"A permanência de Temer no poder continua sendo o principal ponto de interrogação no Brasil", escreveram os economistas da consultoria 4E.

A questão não é apenas quem permanecerá como presidente este ano, mas também quem deve ser eleito para outro mandato de quatro anos ao final de 2018. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que lidera as pesquisas, foi condenado na semana passada a quase dez anos na prisão. Ele permanecerá livre em recurso.

Também devem correr eleições no México, na Colômbia e no Chile. A Argentina tem uma votação legislativa prevista para outubro.

Mas nenhuma dessas incertezas políticas se compara com a vizinha Venezuela, considerada uma "área de desastre" nas palavras de Abadia, do Pantheon Economics.

Apesar de terem as maiores reservas conhecidas de petróleo do mundo, prevê-se que a economia venezuelana diminua 6 por cento em 2017 e 3 por cento em 2018, frente às previsões de contração de 3,5 e 0,3 por cento na pesquisa de abril, quando o conflito entre o presidente Nicolas Maduro e os líderes da oposição aumentaram.

ANP proíbe venda de etanol entre distribuidoras

19/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) publicou resolução no Diário Oficial da União nesta terça-feira, 18, que proíbe a venda de etanol entre distribuidoras pelo período de 12 meses, contados a partir de 1º de agosto deste ano. Com isso, a agência pretende coibir possíveis fraudes e sonegação de ICMS, segundo o diretor-geral da ANP, Décio Oddone.

Em coletiva de imprensa, Oddone ainda informou que a agência intensificou o programa de monitoramento da qualidade dos combustíveis comercializados nos postos, o que contribuiu para que o número de ocorrências de adulteração tenha aumentado recentemente.

IPC-Fipe cai 0,15% na 2ª quadrissemana de julho

19/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que mede a inflação na cidade de São Paulo, caiu 0,15% na segunda quadrissemana de julho, após ficar estável na primeira quadrissemana deste mês, segundo dados divulgados hoje pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Os grupos que registraram desaceleração no período foram Habitação (de 0,74% para 0,11%), Educação (de 0,07% para 0,04%), Transportes (com deflação mais pronunciada, saindo de -0,38% para -0,49%) e Vestuário (com taxa um pouco mais negativa, de -0,06% para -0,11%).

Por outro lado, Despesas Pessoais (de 0,28% para 0,32%), Saúde (de 0,23% para 0,62%) e Alimentação (ainda que em terreno negativo, de -0,89% para -0,74%) apresentaram taxas mais elevadas na segunda quadrissemana de julho do que na leitura anterior.

Veja abaixo como ficaram os itens que compõem o IPC-Fipe na segunda quadrissemana de julho:

Habitação: 0,11%

Alimentação: -0,74%

Transportes: -0,49%

Despesas Pessoais: 0,32%

Saúde: 0,62%
Vestuário: -0,11%
Educação: 0,04%
Índice Geral: -0,15%

Cibersegurança é preocupação das montadoras no Brasil

19/07/2017 – Fonte: Automotive Business



O aumento da conectividade nos carros traz um efeito colateral importante: o maior risco de que os veículos e, conseqüentemente, os dados dos consumidores, sejam hackeados. Com isso, a **cibersegurança** está entre as prioridades de presidentes de companhias instaladas no Brasil.

O estudo CEO Outlook, da KPMG, mostra que 74% dos 50 CEOs brasileiros de diversos setores que participaram do levantamento concordam que é natural que eles sejam responsáveis por tomar atitudes para mitigar riscos cibernéticos.

“Há forte preocupação com este aspecto entre os executivos do País. Na indústria automotiva, especificamente, temos falado muito do assunto com diversas empresas”, conta Ricardo Bacellar, líder da área na consultoria. “As empresas precisarão desenvolver soluções locais de segurança cibernética.”

Para o especialista esclarece, ainda que as matrizes das empresas desenvolvam soluções de cibersegurança internacionalmente, é impossível blindar um carro de ataques e invasões apenas com tecnologias importadas.

“Estamos falando de algo muito complexo que envolve o ciclo global da informação: desde quando ela é gerada até o descarte destes dados. Cada porta de saída pode ser uma porta de entrada e estamos abrindo muitas delas”, diz.

Segundo Bacellar, mesmo se o produto for fortemente preparado para combater hackers, tudo está intimamente ligado à infraestrutura e, portanto, a interação com a rede nacional de internet ou com servidores instalados no Brasil pode trazer novos riscos.

“A indústria trabalha com veículos e plataformas globais, mas não pode correr o risco de achar que um produto evoluído em cibersegurança lá fora estará imune a esses problemas aqui”, enfatiza.

SEGURANÇA CIBERNÉTICA DOS CARROS É FRACA

Bacellar destaca que os automóveis, em geral, não são desenhados com preocupação em segurança cibernética. O consultor calcula que um veículo hoje é mais vulnerável do que um jato comercial.

Na aeronave a estrutura de dados é desenhada com o objetivo de blindar ataques, com rotas de dados diferentes para entretenimento e informações de voo, por exemplo. No caso dos carros, o especialista aponta que há uma única estrutura de dados interna, o que aumenta o risco de acesso a dados sensíveis em caso de invasão. “Com a evolução do produto esta estrutura terá que ser repensada”, avalia.

“Como consultoria, vimos esse desafio ser enfrentado por outros setores, como o de telecomunicações e, portanto, sabemos da importância de investir nessa área”, conta Bacellar. Ele conta que há pelo menos três anos vem debatendo o assunto com a indústria automotiva que está cada vez mais sensível ao assunto.

“Fechamos um projeto grande com uma montadora no Brasil para ajudá-la a desenhar a infraestrutura de segurança cibernética para carros conectados”, diz, sem especificar quem é o cliente. “Este assunto está na agenda dos presidentes e diretores de inovação do setor automotivo.”

Daimler investe € 220 mi para reduzir poluição de milhões de carros a diesel

19/07/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Fabricante Daimler tem em seu portfólio veículos da Mercedes-Benz

A Daimler disse que seu conselho de administração aprovou medidas para reduzir a poluição por diesel, incluindo um investimento de € 220 milhões (US\$ 255 milhões) para atualizar mais de 3 milhões de carros Mercedes-Benz movidos a diesel na Europa.

As medidas foram aprovadas depois que os legisladores alemães convocaram na semana passada os executivos da Mercedes-Benz para questioná-los sobre as emissões. Na ocasião, o fabricante de automóveis concordou com o Ministério dos Transportes em se submeter a uma nova série de testes de emissões.

"A companhia está investindo cerca de € 220 milhões. As ações não envolvem custos para os clientes. A implementação das medidas começará nas próximas semanas", declarou a Daimler nesta terça-feira.

A montadora disse ainda que lançaria seu novo motor a diesel de quatro cilindros OM 654, lançado pela primeira vez no novo E-Class em 2016, em todo o portfólio de modelos.

Depois que a Volkswagen confessou em 2015 deliberadamente fraudar testes de emissão de poluentes, toda a indústria automotiva ficou sob escrutínio pelas emissões de óxido de nitrogênio por carros a diesel, que acredita-se causam doenças respiratórias.

Detran e Honda fecham parceria para avisar donos de carros sobre recall

19/07/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Detran e Honda fecham parceria para convocar donos de carros em recall

O Detran (Departamento de Trânsito) de SP fechou uma parceria com a montadora Honda para facilitar a localização de donos de carros convocados para recall.

As empresas vão compartilhar suas bases de informações sobre motoristas, número de chassis de veículos e endereços para convocar os proprietários de carros da empresa que precisam de reparos.

As chamadas serão feitas a partir de carta ou notificação "push" via celular (para os que possuem o aplicativo do Detran).

Poderão ser enviadas correspondência para motoristas cujos veículos foram alvo de recalls feitos antes da parceria.

A Honda espera recebermos informações referentes a 600 mil proprietários envolvidos em campanhas de recall da marca.

O compartilhamento de dados tem como objetivo aumentar a segurança do trânsito no Estado, diz Maxwell Vieira, diretor-presidente do Detran-SP.

"A quantidade de recalls é muito grande e a maioria deles relacionada a itens de segurança. Por outro lado, existe dificuldade para se conseguir a adesão dos proprietários ao recall", diz.

Levantamento do Procon-SP indica que apenas 12,82% dos proprietários de veículos atingidos por recalls no primeiro semestre de 2016 fizeram os reparos necessários.

O convênio não envolve pagamentos entre Detran-SP e a montadora. O custo do envio de cartas será da Honda.

Vieira afirma que o Detran já vem sendo procurado por outras montadoras e novas parcerias do tipo podem ser anunciadas em breve.

PROBLEMAS

Segundo o órgão, em 2016, foram realizados 105 recalls de automóveis no Brasil, 10 de motocicletas e 2 de caminhões, totalizando mais de 1,6 milhão de unidades.

Em janeiro, a Honda realizou recall de 34.530 veículos para substituição preventiva do insuflador do airbag do passageiro. A ação era mais uma etapa de convocações para solucionar problemas em airbags produzidos pela japonesa Takata, cujas falhas de segurança afetaram milhões de veículos mundo afora.

A companhia informa que, em 2016, foram cerca de 495 mil automóveis convocados. Segundo a Honda, o índice de atendimento médio entre todas as campanhas vigentes, que envolvem automóveis e motocicletas, é de 49,9%.

A meta é reparar todos os veículos que necessitarem, diz a empresa.

Estima-se que 48% dos veículos da Honda que necessitam de recall estejam em São Paulo.

Volvo eleva projeção de vendas na América do Norte em 2017 após sólido resultado no 2º tri

19/07/2017 – Fonte: Reuters

A fabricante sueca de caminhões Volvo aumentou as expectativas para os negócios na América do Norte, depois de divulgar sólidos resultados no segundo trimestre.

O lucro operacional ajustado da empresa subiu para 8,54 bilhões de coroas suecas (1,03 bilhão de dólares) no segundo trimestre, superando as 6,13 bilhões de coroas suecas do mesmo intervalo um ano atrás e a previsão de 8,48 bilhões de coroas suecas de analistas.

As encomendas do grupo, que vende caminhões da marca Volvo e também Mack, Renault e UD Trucks, subiram 22 por cento no período, ficando acima do aumento de 12 por cento esperado por analistas.

As ações da Volvo, que compete com as alemãs Daimler e Volkswagen, saltaram quase 40 por cento neste ano devido à demanda robusta e às margens melhores, após esforços para cortar 10 bilhões de coroas suecas em despesas.

A Volvo ainda se beneficia da demanda europeia por caminhões pesados, em níveis historicamente elevados, e há crescentes sinais de melhora na América do Norte.

"As tendências recentes nos mercados de caminhões continuam com boa demanda na Europa, incluindo uma recuperação distinta na Rússia e melhora gradual nas Américas do Norte e Sul", informou a Volvo em comunicado.

A maior empresa da Suécia em termos de receita ainda elevou a perspectiva para as vendas em 2017 no mercado de caminhões pesados na América do Norte para 225 mil unidades, ante 215 mil, e manteve a projeção de vendas robustas de 300 mil caminhões na Europa.

Para o Brasil, a Volvo deixou inalterada a previsão de vender 30 mil caminhões neste ano.

Rota 2030 está atrasada, mas chega este ano

19/07/2017 – Fonte: Automotive Business



A política automotiva que está em desenvolvimento no governo federal, a chamada

Rota 2030, será anunciada com atraso. A promessa era apresentar o programa até o fim de agosto para que a indústria tivesse algum tempo para se preparar, já que a legislação entra em vigor no começo de 2018 após o fim do Inovar-Auto, que acontece em dezembro de 2017. O atraso foi confirmado por diversas fontes envolvidas na negociação da política industrial.

Ainda que a divulgação não aconteça na data prometida, ela será feita antes do fim do ano, garantindo que as montadoras e empresas de autopeças estejam cientes do que precisam cumprir a partir de 2018, informam as fontes.

O governo federal e representantes da indústria trabalham no desenho da Rota 2030 desde abril. A missão é desenhar medidas capazes de garantir ao Brasil participação importante na automotiva global até 2030, com metas tecnológicas e de emissões, incentivo à inovação e apoio à cadeia produtiva. Restam dúvidas, no entanto, acerca do real potencial das iniciativas que estão em discussão atingirem a estas expectativas.

A política automotiva Rota 2030 vai permear o debate do **Workshop Planejamento Automotivo 2018**, que **Automotive Business** promove no próximo dia 22 de agosto em São Paulo (SP). O evento vai abordar os aspectos que as empresas devem levar em conta ao desenhar a estratégia para o próximo ano. Entre os participantes estão Antonio Megale, presidente da Anfavea, George Rugitsky, conselheiro do Sindipeças, Letícia Costa, da Prada Assessoria e muitos outros especialistas no setor automotivo.

Além dos debates e palestras da sala principal, o evento contará com uma rodada de negócios para promover o encontro entre fornecedores e compradores da cadeia produtiva, além de duas programações paralelas.

A primeira é a sala Cenários 2025, que contará com o consultor Paulo Cardamone para apresentar as expectativas para a indústria nacional. A segunda é a sala ABLab Inovação, que reunirá os especialistas Valter Pieracciani e Jaakko Tammela para debater fórmulas para que as empresas automotivas se perenizem em contexto de rápida transformação.

As inscrições para o evento estão abertas em www.planejamento2018.com.br.

Lucro líquido da Weg cresce 6,7% no 2º tri e soma R\$272,2 mi

19/07/2017 – Fonte: Reuters

A fabricante de motores elétricos e tintas industriais WEG teve lucro líquido de 272,2 milhões de reais no segundo trimestre deste ano, superando em 6,7 por cento o resultado do mesmo período de 2016.

A empresa ainda apurou geração de caixa medida pelo lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) de 370,6 milhões de reais entre abril e junho, alta de 13,7 por cento na comparação anual.

Kwid pedido na internet pode demorar 4 meses

19/07/2017 – Fonte: Automotive Business



A procura aquecida pelo Kwid resultante de uma ação de pré-venda iniciada em 9 de junho levou a Renault a oferecer um novo lote de seu compacto pela internet. Mas tem um senão nessa história: a entrega dos carros está prevista para até 30 de novembro, quatro meses depois da data-limite para os pedidos, que deverão ser feitos até 31 de julho pelo www.kwid.com.br.

A demora leva a crer em longas filas de espera para quem entrar numa concessionária atrás do carrinho no começo de agosto, período em que ocorrerá o lançamento nacional do modelo.

A reserva pela internet é feita mediante o pagamento on-line de R\$ 1 mil, no cartão de crédito. O valor pode ser parcelado em até três vezes. Entre as vantagens da pré-venda estão a garantia dos preços sugeridos, primeira revisão gratuita e garantia de cinco anos para quem fizer o financiamento com o banco Renault.

O Kwid é produzido na fábrica da Renault em São José dos Pinhais (PR) ao lado de Duster, Duster Oroch, Captur, Logan e Sandero. A versão mais acessível é a Life, de R\$ 29.990. Quem quiser vidros e travas com acionamento elétrico, ar-condicionado e direção elétrica terá de optar pela Zen, de R\$ 34.990.

A topo de linha Intense, com pacote Connect, sai por R\$ 39.990. Tem retrovisores elétricos, faróis de neblina cromados, central multimídia, câmera de ré, abertura elétrica do porta-malas e chave do tipo canivete, entre outros itens.

Todas as versões do Kwid recebem motor 1.0 S Ce de três cilindros, que produz 70 cavalos quando abastecido com etanol. Em uso combinado cidade-estrada ele faz 10,5 km/l com etanol e 15,2 km/l com gasolina.

Nissan testa câmera 360° no crossover Juke

19/07/2017 – Fonte: Automotive Business



A **Nissan** apresenta o dispositivo-conceito JukeCam, uma **câmera 360°** que pode ser instalada no painel do veículo, oferecendo uma visão completa de todo o ambiente ao redor do veículo.

Ao mesmo tempo, a câmera pode funcionar fora do carro, podendo equipar um capacete, por exemplo, utilizado em esportes de ação. O equipamento foi desenvolvido em conjunto com a 360fly, fabricante de câmeras de 360 graus, e testado no crossover Juke, que é vendido na Europa.

Segundo a Nissan, a câmera 360°, bem como qualquer outra câmera em veículos, pode ajudar na segurança no tráfego e oferece a possibilidade de economizar nas parcelas do seguro e a estabelecer valores de sinistro mais favoráveis.

Integrada ao veículo, a JukeCam tem capacidade para registrar até três horas ininterruptas quando acoplada ao painel, permitindo que todo o trajeto seja gravado. Ao desconectá-la do carro, ela funciona por mais duas horas com bateria.

“A Nissan sempre busca inovar e criar novos recursos para os seus consumidores, sendo a marca líder no uso de câmeras veiculares”, comenta a gerente sênior de marketing para o Juke na Nissan Europa, Helen Perry.

“A JukeCam foi criada a partir do desejo de lançar uma câmera que se adequasse às vidas ativas dos nossos consumidores. Ela é perfeita para ser usada no trânsito como uma câmera integrada ao painel, mas também é suficientemente versátil ao ser facilmente removida, para criar vídeos em 360 graus, permitindo o registro de aventuras em primeira pessoa”.

O aumento da popularidade das câmeras integradas ao painel nos últimos anos tem sido bastante expressivo. No Reino Unido, por exemplo, as vendas destes dispositivos aumentaram mais de 900% em dois anos.

Utilizadas para oferecer provas para seguradoras e autoridades em caso de litígio, os consumidores também podem economizar em média £ 57,75 libras por ano (equivalente a R\$ 237,58) em custos de seguros ao utilizar uma câmera integrada ao painel.

Audi simula vida a bordo do carro sem motorista

19/07/2017 – Fonte: Automotive Business



A Audi conduz estudo em conjunto com o Instituto Fraunhofer para descobrir como será a vida a bordo de seus carros quando o motorista não for mais necessário. Em um simulador instalado em Stuttgart, na Alemanha, especialistas investigam, por exemplo, como o interior de um veículo dotado de direção autônoma pode se tornar

um local de trabalho ou lazer, enquanto as pessoas são levadas automaticamente do ponto A para o B.

Entre as muitas possibilidades que se abrem com a nova tecnologia que começa a ser introduzida gradualmente nos automóveis de diversas marcas na próxima década, a Audi prevê que as descobertas feitas agora com as simulações ajudarão a criar para cada usuário um interior personalizado.

Quando os carros não tiverem mais um volante, a Audi avalia que a mobilidade premium também será redefinida, com a possibilidade de as pessoas viajarem de um ponto a outro enquanto navegam na internet, brincam com seus filhos ou trabalham.

Por isso a marca alemã juntou forças com os especialistas do Instituto Fraunhofer para descobrir o que é importante na otimização do tempo quando se está em um carro autônomo, e assim desenvolver os seus carros para futuro.

No simulador montado no Instituto Fraunhofer, a Audi reproduz a condução autônoma com um interior variável e sem volante.

As projeções simulam a sensação de se estar trafegando em diversas condições, como noite ou dia. Por meio de telas, os pesquisadores podem introduzir distrações digitais, escurecer janelas ou mudar a cor da iluminação e os ruídos de fundo.

EM BUSCA DO AMBIENTE IDEAL

As atividades cerebrais dos participantes foram medidas (EEG), bem como os tempos de reação, cotas de erro, além de serem observadas as impressões subjetivas de cada um. Os resultados do EEG apontaram que em um ambiente sem distrações o cérebro fica mais relaxado, com tarefas sendo realizadas melhor e mais rapidamente. Os participantes também relataram que ficaram menos distraídos.

Em contrapartida, foi simulada também uma situação de condução com mais distrações, que demandou mais do cérebro. Neste caso os participantes tiveram contato com publicidade, redes sociais e não se beneficiaram de configurações de iluminação mais agradáveis ou janelas mais escuras.

A ideia, segundo a Audi, é encontrar o ambiente ideal para uma viagem mais confortável a bordo de um carro autônomo, de acordo com a necessidade dos passageiros, seja trabalhando, descansando ou simplesmente fazendo o tempo passar.

Os testes têm sido feitos com jovens, que nasceram depois de 1980 e são consideradas receptivas aos carros autônomos. As 30 pessoas que participaram do experimento realizaram várias tarefas que exigiram concentração comparável com uma situação de trabalho dentro de um carro autônomo.

PROJETO 25th HOUR

As simulações feitas no Instituto Fraunhofer fazem parte do Projeto Audi 25th Hour, que estuda como o tempo pode ser melhor aproveitado dentro do carro autônomo. Atualmente as pessoas passam 50 minutos por dia ao volante, em média, segundo estimativas citadas pela Audi. Quando não for mais necessário dirigir o veículo, esse período poderá ser ocupado por outras atividades.

Segundo a montadora, o projeto baseia-se no pressuposto de que uma interface inteligente irá aprender sobre as preferências individuais, adaptando-se de forma flexível ao usuário.

Em uma primeira etapa, a equipe do projeto analisou motoristas e passageiros em

Hamburgo (Alemanha), São Francisco (EUA) e Tóquio (Japão), enfocando dois aspectos: como se acessa infoentretenimento no carro hoje e o que as pessoas gostariam de fazer com seu tempo livre no veículo autônomo do futuro. Os resultados foram discutidos com especialistas, incluindo psicólogos, antropólogos e planejadores urbanos e de mobilidade.

Com essas descobertas, foram definidos três “modos de tempo” concebíveis em um carro autônomo: de qualidade, de produtividade e de descanso. No chamado “tempo de qualidade” as pessoas buscam atividades com filhos, família ou telefonam para familiares e amigos, por exemplo.

No “produtivo”, o período é ocupado com o trabalho. Em “modo de descanso”, o tempo é utilizado para descontrair, com leituras, navegando na internet ou assistindo a um filme.

Agora, nesta segunda etapa do projeto, a Audi pesquisa mais esses “modos de tempo” no simulador com a ajuda de cientistas do Instituto Fraunhofer. Atualmente, a equipe está concentrando-se principalmente no “tempo produtivo” a bordo dos autônomos.

Caoa Hyundai renova opções do New Tucson

19/07/2017 – Fonte: Automotive Business



A rede Caoa Hyundai começa a vender a linha 2018 do New Tucson, modelo produzido pela Caoa Montadora em Anápolis (GO). No novo ano-modelo, a versão intermediária GLS passa a contar com teto solar panorâmico.

O preço sugerido é de R\$ 140.970, mas durante o mês de junho serão cobrados R\$ 138,9 mil para pagamentos à vista, mesmo valor de tabela da opção GL, que não recebe o teto solar.

Outra mudança na linha 2018 é a troca da edição especial de lançamento pela versão Limited, de R\$ 159,6 mil. Mais completa, recebe assistente de estacionamento, abertura do porta-malas por sensor de presença, banco do passageiro com ajustes elétricos, detector de pontos cegos, faróis de LED com fecho autodirecional, painel de instrumentos com tela de cristal líquido de alta definição e rodas de liga leve de 18 polegadas.

Desde a opção mais acessível o New Tucson traz botão de partida e acesso ao veículo com chave presencial, ajustes de altura e profundidade na coluna de direção, ar-condicionado com duas zonas distintas de temperatura, central multimídia com tela de sete polegadas, conectividade Android Auto e Carplay, acendimento automático dos faróis, retrovisores externos com desembaçador, rack de teto, controle eletrônico de estabilidade, controle de tração, dispositivo Isofix para prender cadeirinhas infantis, airbags laterais e de cortina, mais bancos de couro, com ajustes elétricos para o motorista.

Microsoft fará parceria com Baidu por carro autônomo

19/07/2017 – Fonte: Automotive Business



Bill Gates, fundador da Microsoft, e Robin Li, CEO da Baidu, em uma conferência em 2011

A Microsoft e a Baidu anunciaram uma parceria para expandir suas capacidades técnicas para a oferta de sistemas de carros autônomos. Por meio da integração das suas plataformas de nuvem, a Microsoft oferecerá escala global para a Apollo, da Baidu, fora da China com sua nuvem Azure. A Apollo, lançada pela Baidu em abril deste ano, é uma plataforma aberta que fornece serviços na nuvem, softwares abertos e hardware para interagir com sistemas para veículos.

Algumas empresas da indústria automotiva já usam ou sinalizaram parceria com a Microsoft a fim de colher os enormes volumes de dados utilizados em veículos conectados e aplicar estas informações de forma inteligente e segura. BMW, Ford, Renault-Nissan, Toyota e Volvo são parte das que estão usando ou anunciaram planos para adotar a tecnologia de nuvem inteligente da Microsoft para serviços como assistência ao motorista, manutenção preventiva e mídia controlada por voz.

“Estamos entusiasmados em nos associar com a Baidu e dar um passo gigante para ajudar os fabricantes e fornecedores automotivos para que percebam plenamente a promessa da direção autônoma”, disse o vice-presidente corporativo da Microsoft, Kevin Dalla”s.

“Os veículos de hoje já possuem um nível impressionante de sofisticação quando se trata de sua capacidade de capturar dados. Ao aplicar nossa nuvem global de inteligência artificial (IA), aprendizado automático e profundas capacidades de redes neurais para esses dados, podemos acelerar o trabalho que já está sendo feito para tornar os veículos autônomos mais seguros”, completa.

De acordo com um estudo da McKinsey, até 15% dos carros novos vendidos em 2030 serão totalmente autônomos, o que alimenta a necessidade de um ecossistema de empresas parceiras colaborando em um mesmo meio ambiente.

Com o anúncio da aliança Apollo pela Baidu, mais de 50 parceiros de vários setores se uniram à iniciativa, incluindo o provedor de serviços de navegação e mapeamento global TomTom, entre outros importantes fornecedores como Bosch e Continental (leia [aqui](#)).

Por sua vez, a Microsoft já conta com a aliança Renault-Nissan (leia [aqui](#)) e Toyota (leia [aqui](#)).

Busca de caminhões usados no Mercado Livre cresce 35%

19/07/2017 – Fonte: Automotive Business

O Mercado Livre registrou um aumento de 35% nas buscas por caminhões. A alta foi anotada entre janeiro e junho na comparação com o mesmo período de 2016. As três marcas de caminhões mais buscadas dentro do site de compras no primeiro semestre foram Mercedes, VW e Scania, nesta ordem.

Já em relação aos modelos, o Mercedes-Benz 1620 lidera o ranking de busca. Trata-

se de um modelo fabricado de 1993 a 2011, que teve 102 mil unidades montadas nesse período. O segundo lugar é o Volkswagen Constellation 24250, lançado em 2006. Teve 50 mil unidades vendidas no mercado doméstico e é o líder atual entre os caminhões semipesados.

O terceiro mais buscado é o veterano e quase jurássico Mercedes 1113, o caminhão mais vendido na história do País, com 200,5 mil unidades entre as décadas de 1970 e 1980. Em seu caso, a quantidade disponível, as ofertas iniciais por volta de R\$ 20 mil e a facilidade para manutenção e peças de reposição explicam o sucesso.

“Nossa pesquisa mostra que a experiência dos consumidores que buscam caminhões pela internet é positiva. Eles se sentem satisfeitos principalmente pela quantidade de ofertas on-line e pelos preços dos produtos.

Esses caminhoneiros também estão mais tecnológicos, utilizando a internet para diversos fins, como fazer compras de peças, pesquisar sobre tráfego e condições das estradas”, afirma o diretor do Mercado Livre Classificados, Caio Ribeiro.

Continental anuncia compra da Quantum Inventions

19/07/2017 – Fonte: Automotive Business

A Continental anuncia a compra da Quantum Inventions, empresa do ramo de tecnologia de dados baseada em Cingapura, provedora de soluções de navegação conectada, sistemas inteligentes para trânsito e transporte e processamento e análise de dados em tempo real.

Com o negócio, a empresa irá adicionar ao portfólio de sua controladora novos sistemas para a promoção do transporte inteligente, incluindo a próxima geração de sistemas de navegação, que são altamente receptivos às informações em tempo real a partir dos dados de tráfego.

O negócio também fará com a Continental incorpore ao seu quadro 120 funcionários da Quantum Inventions, que atuam em seus três escritórios localizados em Singapura, Malásia e Indonésia, além do centro de desenvolvimento na Índia.

“A Ásia continua a desempenhar um papel cada vez maior em nossa estratégia. Iniciativas como a aplicação de estacionamento em tempo real do Park & Go para Cingapura, nossa recente joint venture com a China Unicom, a cooperação estratégica com a Baidu, e agora a compra da Quantum Inventions sublinha nosso foco no desenvolvimento de soluções de serviços de mobilidade.

Estamos entusiasmados em fornecer um portfólio expandido de soluções personalizadas no mercado de serviços de mobilidade dinâmica”, afirmou o membro da diretoria executiva da Continental e chefe da divisão de interior, Helmut Matschi.

“A Continental planeja dobrar suas vendas atuais com serviços de mobilidade até 2020. Esta aliança proporciona ao nosso negócio um passo mais próximo do seu objetivo, de criar produtos, sistemas e soluções que, até 2025, assegurará 20 milhões de carros melhores, melhor mobilidade para 25 milhões de consumidores e vinte cidades melhores”, disse o chefe da Continental para a divisão de sistemas de transporte inteligente, Ralf Lenninger.

O CEO da Quantum Inventions, Saurav Bhattacharyya, acrescentou: “Estamos orgulhosos de fazer parte da Continental. Com nossos pontos fortes combinados na área de sistemas de transporte inteligentes, estamos preparados para fornecer uma forte proposta de valor para clientes, OEMs e cidades em todo o mundo”.